

# A RENOVAÇÃO LITÚRGICA E O POVO CRISTÃO

Quando agora se ouve falar de «a hora de Deus», de «sopro do Espírito», de «passagem do Senhor», a propósito do desenrolar do Concílio e, sobretudo, dos seus resultados, já ninguém estranha (\*). São expressões a que nos habituou a literatura de estudo e informação que surgiu logo desde o anúncio do Vaticano II. Trata-se, aliás, de expressões autorizadas pelo uso insistente que delas têm feito os Papas do Concílio: «novo Pentecostes» — dizia João XXIII; «*transitus Domini*» — costuma repetir Paulo VI. Ao ouvir tais expressões, há quem se detenha a considerar o seu sentido mais autêntico, que é bíblico e tradicional. E assim elas servem de ponto de partida para uma reflexão séria: quais são, na história actual, as dimensões deste «trânsito»?

A história da Salvação (a Igreja a viver no Mundo e a crescer por obra vivificante do Espírito) sempre tem mostrado a inesgotável variedade das intervenções divinas. Também através dela podemos descobrir com frequência as premissas dum acto providencial de Magistério ou de Disciplina (o Espírito Santo assistindo à autoridade da Igreja) em fenómenos pastorais igualmente de carácter providencial (o Espírito Santo promovendo uma renovação espiritual no Povo de Deus). É por isso que muitos se interrogam: que é que houve *antes* e que virá *depois* daquilo que hoje vemos?

O problema não é puramente especulativo. Nasce da urgência de aprofundar o sentido dos acontecimentos que Deus, segundo cremos, suscitou, e com os quais pretendemos estabelecer uma relação autêntica e pessoal.

Na verdade, quem se aventura a perscrutar o futuro, o que procura é descobrir qual a resposta sobrenatural que esses acontecimentos divinos esperam de nós. Assim se devem interpretar os repetidos apelos que hoje se ouvem para se não ver nas reformas litúrgicas apenas umas quantas mudanças exteriores. Um acontecimento divino não pode exigir somente a adesão mecânica a novas rubricas e a novos textos: exige sempre um esforço de reforma interior, guiada pelo *sensus Ecclesiae* e orientada para

(\*) A renovação litúrgica que a Constituição «*Sacra Liturgia*» fez florescer em toda a Igreja é devida em grande parte ao impulso anteriormente dado nesse sentido por muitos estudiosos, religiosos e seculares.

Mas talvez ainda não se tenha reparado bem na grande contribuição que para essa renovação foi dada pelo próprio «povo de Deus» — agora chamado a participar intimamente do culto — através de Associações de fiéis, como é o caso do Opus Dei.

a adoração a Deus «em espírito e verdade», num diálogo que é sempre pessoal, mesmo no âmbito do culto comunitário.

E, se quisermos realizar a investigação do passado, há-de ser na mesma perspectiva, com o mesmo propósito de aprofundar e de estarmos abertos às multiformes intervenções de Deus que vivifica e santifica a Igreja. E o ponto de partida deve ser aquilo que mais seguramente podemos conhecer acerca do significado da reforma litúrgica já em marcha. Muito útil pode ser, como orientação, a insistência com que Paulo VI reafirma que «*uma das características e principais finalidades (da reforma litúrgica) é a participação dos fiéis nos ritos que o sacerdote dirige e personifica*» (1), «*no cuidado pastoral de fortalecer as almas na fé e no amor por Cristo, e de vivificar o sentido religioso no nosso mundo*» (2). São palavras simples, próprias da conversa do Pai Comum com os filhos; mas nelas se reflecte a mesma verdade a que chega a investigação teológica ao estudar o nexo que une a Constituição litúrgica com a Constituição sobre a Igreja, que é o centro do Concílio Vaticano II. Na Constituição *De Ecclesiae*, o Concílio quis insistir na ideia da participação comunitária e pessoal de todos os membros da Igreja — Povo de Deus — na história da salvação que está em Jesus Cristo. A Constituição *De Sacra Liturgia* detém-se no aspecto cultural desta participação comunitária e pessoal: é isso precisamente a liturgia: *opus populi*, obra do Povo de Deus.

Por isso, ao olhar a esta luz a investigação histórico-teológica, é no processo sobrenatural da promoção do laicado — o Povo de Deus, a quem compete ocupar-se de toda a esfera temporal — que se hão-de buscar os precedentes daquilo que hoje amadureceu no plano do Magistério e da Disciplina eclesial. Por outras palavras: a «nova maneira de rezar» que a autoridade da Igreja «quer, promove e anima» (3) deverá corresponder, na economia da acção vivificadora do Espírito, a uma tomada de consciência da responsabilidade eclesial dos leigos, e portanto a uma «nova maneira de viver» as exigências da vocação cristã. E efectivamente assim foi. Ao estudar o processo histórico da vida nos leigos, descobrimos manifestações inequívocas da vida litúrgica que antecipam as actuais orientações doutrinais. E essas manifestações surgem vitalmente unidas a todo o conjunto de atitudes, propósitos e programas que constituíram, nos anos imediatamente anteriores aos que agora vivemos, a «novidade» do Opus Dei.

O Opus Dei é um fenómeno pastoral que pertence à história do nosso século, e que já influiu em profundidade e extensão na estrutura da vida cristã. Queremos esboçar aqui — dando ao caso do Opus Dei o valor de indício da importância deste estudo histórico — a possibilidade de captar melhor o sentido do momento presente

(1) PAULO VI, *Alocução* na Audiência Geral do dia 13-1-1965.

(2) PAULO VI, *Ibidem*.

(3) PAULO VI, *Ibidem*.

fazendo ver como a consciência cultural da Igreja, agora formulada em termos de Magistério solene, já antes se expressava, de algum modo, em termos de vida vivida. Concretamente: através das pessoas, das instituições e das coisas que recebiam o influxo da espiritualidade desta Associação de fiéis, hoje difundida por todo o mundo.

A mensagem sobrenatural que em 1928 o Opus Dei trouxe aos homens de hoje é uma mensagem de autenticidade e de plenitude, na participação do laicado na vida da Igreja: na demanda da perfeição em Cristo, na disponibilidade para o apostolado de Cristo, no culto a Deus Pai com Cristo. Quando, pela década de 30, o Fundador do Opus Dei, Mons. Escrivá de Balaguer, proclamava, em todos os ambientes sociais, o apelo universal à santidade, e portanto o direito e o dever que têm os leigos de tender à perfeição cristã no próprio estado, através do trabalho de todos os dias — verdade agora solenemente confirmada pelo Concílio na Constituição sobre a Igreja —, alguns apenas repararam na novidade das palavras, mas não na sua relação lógica e imediata com o Evangelho; outros chegaram ao ponto de falar de heresia.

O mesmo se deu com o ensino de Mons. Escrivá de Balaguer acerca da vida litúrgica do laicado cristão: «*Meu filho* — dizia ele a um grupo dos primeiros membros da Associação —, não te esqueças de que a vida litúrgica é vida de amor: amor a Deus Pai, por meio de Jesus Cristo, no Espírito Santo, com toda a Igreja, de que tu mesmo fazes parte. A nova e mais pessoal consciência da vocação à santidade na Igreja exigia dos leigos uma plena e coerente resposta em cada um dos aspectos da vida cristã: também na vida sacramental, também na participação na oração comunitária. Daqui, pois, uma nova necessidade de assiduidade, de compreensão, de união activa e pessoal, de solidariedade eclesial, de responsabilidade apostólica, no contacto dos leigos com a liturgia. E eis por que os frutos do ensino e da acção do Fundador do Opus Dei — e estes frutos são a vivificação cristã dos mais diversos ambientes sociais — mostram aspectos intimamente relacionados com muitas formulações doutrinais da Constituição litúrgica.

O campo que se abre em frente de quem quiser documentar exaustivamente a profundidade desta relação escapa a uma análise de carácter meramente doutrinário, porque exige a experiência directa do desenvolvimento da vida cristã por entre as realidades do nosso tempo: «*Vidi, Domine, opus tuum. In decursu annorum manifesta illud, in decursu annorum fac notum illud*» (4).

No entanto, não deixa de haver uma fonte de testemunhos explícitos e imediatos: os escritos mais antigos de Mons. Escrivá de Balaguer, e, entre eles, *Caminho*. Das obras do Fundador do Opus Dei, *Caminho* não é apenas aquela que atingiu maior difusão — traduzida em 18 línguas, editada em dois milhões de exemplares —: é tam-

(4) *Habacuc*, III, 2-3.

bém aquela que melhor nos permite conhecer a sua pregação nos anos em que o *Opus Dei* dava os primeiros passos. Com efeito, a versão actual aparece pela primeira vez em 1939; mas uma versão um pouco mais reduzida foi publicada antes, em 1934, com o título de *Consideraciones espirituales*. Ora já nesta se reflectia a espiritualidade que Mons. Escrivá de Balaguer tinha difundido no ambiente leigo — camponeses, operários, estudantes, profissionais — durante a década anterior.

«*Na liturgia realiza-se a santificação do homem*» — ensina solenemente o Concílio (5). Esta doutrina revela uma exigência de essencialidade vivamente sentida na espiritualidade do Opus Dei, cuja origem é precisamente a consciência da chamada à santificação. «*Tens obrigação de te santificares*. — repetia incessantemente Mons. Escrivá de Balaguer aos leigos de todas as condições sociais. — *Tu, também*. — *Quem pensa que é tarefa exclusiva de sacerdotes e religiosos?* — *A todos, sem excepção, disse o Senhor: «Sede perfeitos, como meu Pai Celestial é perfeito»; «Por que te não entregas a Deus de uma vez... de verdade... agora?!; «Ide, pregai o Evangelho... Eu estarei convosco...»* — Isto disse Jesus... e disse-to a ti». (*Caminho*, n.º 291, 292, 904). Santidade e apostolado formam um binómio indissolúvel: uma coisa exige necessariamente a outra, e de um pólo ao outro a alma é atraída às fontes da vida sobrenatural que a liturgia oferece. Na verdade, «*a acção nada vale sem a oração*»; mas «*a oração valoriza-se com o sacrifício*» (n.º 81). Deste modo, os leigos que vibram ao descobrir a sua responsabilidade apostólica descobrem a verdadeira hierarquia dos valores sobrenaturais: «*Primeiro, oração; depois, expiação; em terceiro lugar, muito em «terceiro lugar», acção*» (n.º 82). A vida interior, enquanto sustém a acção apostólica, aproxima da Liturgia: porque leva à oração e ao sacrifício, com Cristo e em Cristo, em união com todos os outros membros da Igreja.

«*É preciso que sejas «homem de Deus», homem de vida interior, homem de oração e de sacrifício*. — *O teu apostolado deve ser uma superabundância da tua vida «para dentro»*» (n.º 961). Daqui que a Oração e o Sacrifício de Cristo — a que o Povo de Deus se une na Missa — seja, afinal, o centro da vida interior: «*Uma característica muito importante do homem apostólico é amar a Missa*» (n.º 528).

Uma espiritualidade laical centrada na santificação do trabalho corrente, e que portanto se alimenta principalmente da contemplação de Cristo nos seus trinta anos de vida oculta e de trabalho manual, significa necessariamente uma exigência de autenticidade e de coerência pessoal quando se trata de participar na Oração e no Sacrifício de Cristo. Por isso a vida litúrgica não é evasão, nem um anónimo refugiar-se na Assembleia; não é exterioridade nem aproximação estéril: «*A Cruz sobre o teu peito?... Está bem. Mas... a Cruz sobre os teus ombros, a Cruz na tua carne, a Cruz na tua inteligência*. — *Assim viverás por Cristo, com Cristo e em Cristo;*

(5) CONCÍLIO VATICANO II, *Const. de Sacra Liturgia*, I, 7.

só assim serás apóstolo» (n.º 929). «Alma de apóstolo: essa intimidade de Jesus contigo — tão junto d'Ele, tantos anos! — não te diz nada?»; É verdade que ao nosso Sacrário chamo sempre Betânia... — Faz-te amigo dos amigos do Mestre: Lázaro, Marta, Maria. — E depois já me não perguntarás por que chamo Betânia ao nosso Sacrário» (n.º 321, 322). É por isso mesmo que o autor de Caminho adverte: «A tua oração deve ser litúrgica. — Oxalá te afeições a recitar os salmos e as orações do missal, em vez de orações privadas ou particulares» (n.º 86). Neste contexto (6), são também significativas as alusões ao canto litúrgico: «A Igreja canta — disse alguém —, porque falar não seria bastante para a sua oração. — Tu, cristão — e cristão escolhido —, deves aprender a cantar litúrgicamente» (n.º 523).

Também a acção litúrgica é apresentada na sua eficácia essencial de sinal e de comunicação: «Tem veneração e respeito pela Santa Liturgia da Igreja e pelas suas cerimónias particulares. — Cumpre-as fielmente. — Não vês que nós, os pobrezinhos dos homens, necessitamos que até as coisas mais nobres e grandes entrem pelos sentidos?» (n.º 522).

E, se a participação plena e consciente na liturgia nasce da contemplação pessoal de Cristo na Escritura, a lição litúrgica no Ciclo do Tempo é ocasião, por sua vez, de uma maior aproximação da vida de Cristo e de uma compreensão mais profunda do Mistério Eucarístico, centro da Liturgia. São estes os temas de reflexão que Caminho sugere à alma cristã que sabe contemplar: «Humildade de Jesus: em Belém, em Nazaré, no Calvário... Porém, mais humilhação e mais aniquilamento na Hóstia Santíssima; mais que no estábulo, e que em Nazaré, e que na Cruz. Por isso, como estou obrigado a amar a Missa! (A «nossa» Missa, Jesus...)» (n.º 533). A Assembleia que reza e se oferece com Cristo — a Liturgia da Palavra e do Sacrifício — ganha, graças a esta perspectiva, todo o seu essencial relevo: «Comunhão, união, comunicação, confiança: Palavra, Pão, Amor»; «Nem só de pão vive o homem, mas de toda a palavra que procede da boca de Deus», disse o Senhor. — Pão e palavra. — Hóstia e oração. Se não, não terás vida sobrenatural» (n.º 535, 87). Quem tiver presentes as orientações do cap. II da Constituição litúrgica não pode deixar de notar a surpreendente actualidade deste espírito. No modo como então se convidavam os leigos a amar a Missa, antecipava-se a forma em que, hoje em dia, a Igreja «tende a aprofundar o significado essencial, a exigência comunitária e o valor sobrenatural do culto eclesial, pondo mais em evidência, antes de tudo, a função

(6) «Importa, porém, ordenar esses actos de piedade tendo em conta os tempos litúrgicos, de modo que se harmonizem com a sagrada Liturgia, se inspirem nela, e a ela, por sua própria natureza muito superior, conduzam o povo». *Const. de Sacra Liturgia*, I, 13. Quem torne a ler estas palavras, com que o Concílio alude à inspiração litúrgica da piedade privada, não pode deixar de notar a impressionante concordância, até de expressões, com as palavras de Mons. Escrivá que acabámos de citar. Sobre o canto litúrgico, v. *Const. de Sacra Liturgia*, VI, 112-121.

que desempenha a Palavra de Deus, e dando à celebração sacramental o seu límpido e ao mesmo tempo misterioso valor de centro (7).

Muito mais completo seria este estudo comparativo se de algum modo pudessemos documentar aqui não só o enunciado e as orientações, mas também a prática litúrgica do Fundador e dos membros do Opus Dei, se se pudessem descrever a eficácia renovadora da pregação de Mons. Escrivá de Balaguer e o seu exemplo de amor à Liturgia que se descobre no próprio modo de falar das coisas de Deus. O ponto de partida das meditações foi sempre a Sagrada Escritura, especialmente considerada tal como a oração da Igreja a apresentar: nos textos de cada tempo litúrgico. E em todos os escritos ascéticos de Mons. Escrivá de Balaguer encontramos reflectido este modo de exercer o ministério da palavra: um modo que, embora esteja, seguramente, na linha da mais autêntica tradição dos mestres da espiritualidade, representava contudo, para o mundo cristão actual, uma antecipação das normas da Constituição litúrgica (8).

Em relação com a prática da Liturgia, mereceria uma consideração muito especial a renovação do gosto litúrgico promovido, desde a década de 20, pelo Fundador do Opus Dei. A participação dos leigos na acção litúrgica devia ter a autenticidade, a naturalidade e o estilo próprios das pessoas que, vivendo no meio das realidades temporais, descobriram a dignidade da sua condição de cristãos: «Agnosce, christiane, dignitatem tuam!» — repetia-lhes, com S. Leão Magno, Mons. Escrivá de Balaguer. A participação pelo Baptismo e a Confirmação no Sacerdócio de Cristo devia reflectir-se, de acordo com o espírito do Opus Dei, nesse ter «alma verdadeiramente sacerdotal em mentalidade plenamente laical». Havia de ser, pois, aquela «plena, consciente e activa participação» que hoje quer o Concílio (9). Por isso se entendiam muito bem, e se punham em prática, estas sugestões: «Há uma urbanidade da piedade. — Aprende-a. — Dão pena esses homens «piedosos», que não sabem assistir à Missa — ainda que a ouçam diariamente —, nem benzer-se (fazem uns estranhos gatafunhos, cheios de precipitação), nem dobrar o joelho diante do Sacrário (as suas genuflexões ridículas parecem um escárnio), nem inclinar reverentemente a cabeça diante de uma imagem da Senhora». (Caminho, n.º 541). Assim, a aproximação da liturgia era sobretudo entendida como participação interior: «Fujamos da «rotina» como do próprio demónio. — O grande meio para não cair nesse abismo, sepulcro da verdadeira piedade, é a contínua presença de Deus» (n.º 551).

Foi assim que o modo de participar nas cerimónias e a decoração dos lugares sagrados se anteciparam surpreendentemente a muitas das reformas hoje propostas no capítulo VII da Constituição litúrgica. Naquela época, pelo contrário, essa ma-

(7) PAULO VI, *Alocução*, 13-1-1965.

(8) *Const. de Sacra Liturgia*, I, 35.

(9) *Const. de Sacra Liturgia*, I, 14.

neira de proceder parecia nova e revolucionária, ainda que, de facto, o gosto pela novidade lhe fosse, em si mesmo, completamente estranho. Era, isso sim, um gosto muito actual pela seriedade, pelo decoro, pelo carácter: «Viste-me celebrar a Santa Missa sobre um altar despido — mesa e ara —, sem retábulo. O Crucifixo, grande. Os castiçais maciços, com tochas de cera, escalonados; os mais altos junto da Cruz. Frontal da cor do dia. Casula ampla. O cálice, severo de linhas, de copa larga, e rico. Ausente a luz eléctrica, cuja falta não notámos. — E custou-te sair do oratório: estava-se bem ali. Vês como leva a Deus, como aproxima de Deus o rigor da liturgia?» «Não destineis ao culto imagens «de série»; prefiro um Cristo de ferro tosco a esses crucifixos de massa repintalgada que parecem feitos de açúcar». (Caminho, n.º 543, 542).

Voltamos a encontrar estes mesmos conceitos num escrito de 1934: «A virilidade do espírito cristão: eis outro tema maravilhosamente fecundo para ser tratado com simplicidade. «Viriliter agite!» — Agi varonilmente! (Deut. XXXI, 6). Muitas vezes se repetem estas palavras na Escritura. Não está certo que as esqueçamos quando tratamos de Deus. Efeminaram o culto: tornaram-no meloso e suave... Muita luz eléctrica, no retábulo e até no trono da Exposição do Santíssimo. Cortinados e panejamentos de teatro provinciano. Florões de papel e trapos. Imagens delambidas e adocicadas. Rendinhas e primores feminis nas alvas e toalhas de altar. Jarrões feisimos — a última moda! — vi-os até numa famosa Catedral, sobre o altar e sobre a própria ara. E a Cruz, onde está? Mal se vê, entre a barafunda de nuvens de algodão e dúzias de velas fabricadas quimicamente. Cânticos de opereta. Isto, no aspecto material. Não quero falar — não devo, porque faltaria à caridade — do ambiente piedoso habitual nessas funções (não culto) acompanhadas de tais preparativos». Também nestas palavras, sugeridas pela experiência do ambiente de então, encontramos a orientação litúrgica do Fundador do Opus Dei: o tema inspirador são as palavras da Escritura; a reflexão conduz à realidade concreta do momento; a mentalidade corresponde às exigências de secularidade e de autenticidade do cristão que vive no mundo; o exemplo para a vida inspira-se nas origens: «Filhos — continua o escrito — voltemos à simplicidade dos primeiros cristãos: riqueza, a que puderdes; mas nunca à custa da liturgia. Arte séria, cheia de grave majestade... O retábulo, «retro tabulam», no seu lugar próprio, por trás do Altar, como algo de accidental. A Santa Cruz e a ara — a mesa do Altar completamente isolada — ocupem o lugar proeminente».

Quando se fala de «precedentes» da actual Reforma litúrgica, logo se pensa no «movimento litúrgico»; pensa-se em Pius Parsch, nos mosteiros beneditinos de toda a Europa, de Mont César a Klosterneuburg; pensa-se em *Vom Geist der Liturgie*, de Romano Guardini. Mas estas são fases dum processo que, ainda que importante e necessário, esteve sempre circunscrito a elites de estudiosos ou a ambientes sociais

isolados. Na década de 1920, «são ainda os mosteiros que reúnem dentro dos seus muros os simpatizantes do novo movimento litúrgico» (10). E o próprio Parsch chega a afirmar, no seu *Volksliturgie*, que a renovação litúrgica só começou a penetrar na consciência cristã quando se serviu do concurso activo dos leigos empenhados em vivificar o seu próprio ambiente. Sem minimizar, de modo nenhum, o lugar que pertence, por direito próprio, aos «movimentos de estudo» na formação do *sensus Ecclesiae* e duma nova consciência litúrgica do povo cristão, fica-nos, como tarefa possível e fecunda, a de reflectir sobre a função — menos aparente, mas mais penetrante — dum fenómeno pastoral como o Opus Dei, recentemente definido por Paulo VI como «expressão viva da perene juventude da Igreja» (11). Entre os traços que, desde a sua origem, têm caracterizado nitidamente esta «expressão» da renovação, está o espírito litúrgico, aliás posto em especial relevo pelo decreto com que a Santa Sé, em 1950, concedeu ao Opus Dei a aprovação definitiva: «A piedade do Opus Dei — lê-se no solene documento — é simples, sóbria e pura em todas as suas manifestações. É doutrinal e está perfeitamente assimilada e renovada graças ao estudo constante e prático da religião; e encontra a sua alegria na Sagrada Liturgia» (12).

A. L.

(10) S. CEDERLE, *Dalla periferia di Vienna un movimento liturgico*, «L'Osservatore della Domenica», Cidade do Vaticano, 7-III-1965. Cf. também A. G. MARTIMORT, *L'Eglise en prière*, Tournai, 1961, pg. 83; T. BOGLER, *Liturgische Erneuerung in aller Welt*, Maria Laach, 1950; A. BUGNINI, *Documenta Pontificia ad instaurationem liturgicam spectantia*, Roma, 1953-59.

(11) Manuscrito entregue por Sua Santidade Paulo VI a Mons. Escrivá de Balaguer na audiência particular do dia 10-X-1964.

(12) Decreto «*Primum Inter*», de 16-VI-1950.

Resolvida a dedicar-se mais à boa literatura de ficção, a

EDITORIAL LOGOS — Campo de Sant'Ana, 43 — Lisboa 1  
acaba de lançar a público os dois primeiros volumes da Colecção  
«HORA NOVA», em formato de bolso:

## NATAL DE CADA UM

A primeira obra (livro de contos) da grande poetisa e prosadora francesa Marie Noël traduzida na nossa língua.

## VARIAÇÕES SOBRE UM TEMA

Romance que confirma o talento literário de Ann Morrow Lindbergh, mulher do herói da primeira travessia aérea do Atlântico Norte.

Preço de cada volume: 25\$00